



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



SAMERSON LIMA OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DE PONTES ENTRE A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE:
a percepção de policiamento comunitário dos alunos soldados do curso de formação de
praças I e II de 2023**

GOIÂNIA-GO

2024

SAMERSON LIMA OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DE PONTES ENTRE A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE:
a percepção de policiamento comunitário dos alunos soldados do curso de formação de
praças I e II de 2023**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da Prof^a. Ma Raquel Vaz Resende.

GOIÂNIA-GO

2024

A CONSTRUÇÃO DE PONTES ENTRE A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE: a percepção de policiamento comunitário dos alunos soldados do curso de formação de praças I e II de 2023

Samerson Lima Oliveira¹

Raquel Vaz Resende²

Resumo

O Policiamento Comunitário é uma abordagem colaborativa entre a polícia e a comunidade, visando identificar, priorizar e resolver problemas locais de segurança pública de maneira proativa. O problema tratado visa algumas das dificuldades que a polícia militar do estado de Goiás enfrenta no ensino de seus alunos e na aplicação prática do policiamento comunitário. A pesquisa trata da percepção dos alunos soldados do curso de formação de praças da turma I e II de 2023 do estado de Goiás sobre o policiamento comunitário e o modo como é abordado em sua formação. Foi utilizado questionário da plataforma do *google forms*, de forma qualitativa mediante análise de gráficos com os alunos soldados citado acima para ser obtido os resultados da pesquisa. Foi obtido resultados bastante satisfatórios dos alunos soldados em relação ao ensino e como é abordado na academia de polícia militar.

Palavras-chave: Policiamento comunitário; Alunos soldados; Metodologia qualitativa; Academia de polícia militar do Estado de Goiás.

Abstract

Community Policing is a collaborative approach between the police and the community, proactively identifying, prioritizing and resolving local public safety problems. The problem addressed aims at some of the difficulties that the Military Police of the State of Goiás faces in teaching its students and in the application of community policing. The research deals with the perception of student soldiers in the enlisted training course of class I and II of 2023 in the state of Goiás about community policing and the way it is approached in their training. A questionnaire from the *Google Forms* platform was used, qualitatively through the analysis of graphs with the student soldiers mentioned above to obtain the research results. Very commanding results were obtained from the student soldiers in regards to teaching and how it is approached at the military police academy.

Keywords: Community policing; Student soldiers; Qualitative methodology; Military police academy of the State of Goiás.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: samerson.lima@pm.go.gov.br. Telefone: (61)99211-2775.

² Orientadora. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Papiloscopista Policial de Goiás. Graduada em Biomedicina – PUC-GO e Mestra em Genética pela PUC-GO. Doutoranda em Genética e Biologia Molecular pelo UFG.

1 INTRODUÇÃO

O Policiamento Comunitário emerge como uma abordagem inovadora no cenário da segurança pública, principalmente na Polícia Militar de Goiás, propondo uma relação mais estreita entre a polícia e a comunidade a qual presta seus serviços. Esta estratégia visa não apenas o controle do crime, mas também o fortalecimento dos laços sociais e a promoção de uma sensação de segurança genuína. No contexto brasileiro, onde desafios complexos de segurança pública persistem, compreender a percepção dos policiais militares que estão em formação sobre o policiamento comunitário é crucial para seu desenvolvimento e implementação eficaz.

O presente trabalho se propõe a responder a seguinte questão: Qual a importância da abordagem de policiamento comunitário na percepção dos alunos soldados em formação no Curso de Formação de Praças I e II de 2023 Estado de Goiás?

O objetivo Geral do trabalho visa analisar a percepção do policiamento comunitário dos alunos soldados do curso de formação de praças I e II de 2023. Sendo que os objetivos específicos foram: formular questionários para aplicação nas turmas de alunos soldados do curso de formação de praças I e II de 2023; analisar as respostas dos questionários aplicados e por último compreender e discutir as respostas e dados obtidos dos formulários aplicados.

Este trabalho é de suma importância para a Polícia Militar pois analisa dados informados sobre o policiamento comunitário e sua abordagem intensa no curso dos futuros policiais que já estão trabalhando nas ruas (CPF I de 2023) e dos que já estão prestes a fazer seu estágio supervisionado (CPF II de 2023). Esses dados ajudam a Polícia Militar pois contam com as respostas diretas de seus alunos em formação sobre o policiamento comunitário e os resultados que estão sendo causados, ajudando principalmente na sessão de ensino da Polícia, podendo analisar se estão dando a devida importância a essa matéria dentro do curso e seus respectivos resultados, se positivos ou negativos.

A presente pesquisa adotará uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa, reconhecendo a importância de compreender as nuances, experiências e percepções dos alunos soldados. A escolha dessa abordagem visa capturar a riqueza dos dados, aprofundando a compreensão dos fenômenos sociais relacionados ao policiamento em contextos urbanos diversificados.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente, serão apresentados os fundamentos teóricos do policiamento comunitário e seu contexto histórico. Posteriormente, serão delineados os objetivos da pesquisa, seguidos pela metodologia adotada. Por fim, serão

discutidos os resultados obtidos e suas implicações para a prática policial e para o campo acadêmico.

2 REVISÃO TEÓRICA

O Policiamento Comunitário é uma abordagem na qual a polícia trabalha em colaboração estreita com os membros da comunidade para identificar, priorizar e resolver problemas locais de segurança pública. Em contraste com abordagens tradicionais centradas na reação ao crime, o Policiamento Comunitário busca promover a prevenção e a resolução proativa de problemas, enfatizando a construção de relações de confiança e parceria entre a polícia e os cidadãos que ela serve (Trojanowicz; Bucqueroux, 1994).

2.1 SURGIMENTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O policiamento comunitário é uma abordagem que visa integrar a polícia à comunidade que serve, buscando eficiência no controle da criminalidade e da violência. Originado no Japão e posteriormente difundido pelo mundo, esse modelo de policiamento se caracteriza por um contato sistemático e próximo com os cidadãos.

No continente americano, o comissário da NYPD, Arthur Woods, foi um dos primeiros a considerar a implementação de um policiamento menos ostensivo e mais amigável entre 1914 e 1919. Ele promoveu uma mudança de paradigma, enfatizando a importância da sensibilidade e da resposta apropriada da polícia às necessidades da comunidade.

Apesar dos desafios enfrentados, Woods desenvolveu estratégias que promoviam a proximidade entre a polícia e os cidadãos. Por exemplo, ele designou sargentos para visitar escolas e explicar o papel da polícia, destacando não apenas a função de prender criminosos, mas também de melhorar a qualidade de vida no bairro, tornando-o mais seguro e agradável. Essa abordagem visava criar uma sensação de confiança e cooperação entre os agentes policiais e a comunidade, fazendo com que fossem vistos como aliados e protetores, semelhantes à percepção contemporânea dos heróis em quadrinhos, como o Homem-Aranha o "super-herói amigo da vizinhança" (Fragas, 2022)

2.2 INTRODUÇÃO AO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Segundo Skolnick (2006) em seu livro “Policiamento Comunitário, questões práticas atrás do mundo” em seu capítulo 3, o surgimento do Policiamento Comunitário está

intimamente ligado à crítica das práticas policiais convencionais, que muitas vezes eram percebidas como reativas, autoritárias e distantes da comunidade. Na década de 1960, nos Estados Unidos, o movimento pelos direitos civis e os protestos contra a brutalidade policial levaram a um questionamento profundo do papel e das práticas das forças policiais. Esse contexto de questionamento e descontentamento deu origem a novas abordagens de policiamento, das quais o Policiamento Comunitário emergiu como uma alternativa promissora.

Um marco importante na história do Policiamento Comunitário foi a experiência da cidade de Flint, Michigan, na década de 1970, sob a liderança do chefe de polícia David Weiszfeld. Ele implementou uma série de mudanças que enfatizavam a interação positiva entre a polícia e a comunidade, incluindo a descentralização das operações policiais, o aumento da visibilidade policial em áreas com altos índices de criminalidade e o estabelecimento de programas de engajamento comunitário.

O Policiamento Comunitário ganhou impulso e se espalhou para outras jurisdições nos Estados Unidos e ao redor do mundo. Organizações como o Departamento de Polícia de Nova York, que era liderada pelo comissário William Bratton citado acima, na década de 1990, implementaram estratégias de Policiamento Comunitário com sucesso, resultando em reduções significativas nos índices de criminalidade. (Bratton; Andrews, 2001)

Os princípios fundamentais do Policiamento Comunitário incluem a orientação para serviços, a resolução colaborativa de problemas, a parceria comunitária e a orientação para resultados. Esses princípios são baseados na ideia de que a polícia e a comunidade compartilham responsabilidades na promoção da segurança e na resolução de questões sociais complexas que contribuem para o crime e a desordem. No entanto, o Policiamento Comunitário não é uma abordagem homogênea; sua implementação pode variar de acordo com o contexto cultural, social e político de cada comunidade. Além disso, desafios como a resistência institucional, a falta de recursos e a necessidade de capacitação adequada podem representar obstáculos significativos para a adoção efetiva do Policiamento Comunitário em algumas organizações policiais (Skolnick, 2006).

2.3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Apesar desses desafios, o Policiamento Comunitário continua a ser amplamente reconhecido como uma abordagem promissora para promover a segurança pública, fortalecer a confiança entre a polícia e a comunidade e promover uma abordagem mais holística e preventiva para o controle do crime. Sua relevância persiste em um cenário de segurança

pública cada vez mais complexo e dinâmico, destacando a importância contínua de pesquisas e práticas que promovam a sua implementação eficaz.

2.4 DIFERENÇAS RELEVANTES ENTRE O POLICIAMENTO TRADICIONAL OSTENSIVO E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Segundo Fragas (2022) enquanto o policiamento ostensivo se apoia na militarização e na aplicação de métodos militares para impor autoridade e alcançar autonomia, o policiamento com uma abordagem comunitária não se fundamenta nos princípios da militarização ou na estrutura militar para alcançar sucesso.

O policiamento comunitário visa estreitar os laços entre a polícia e a comunidade. Ao trabalhar consistentemente dentro da mesma área, o policial torna-se uma figura reconhecida na comunidade, cultivando uma sensação de ser um amigo próximo. Isso ocorre porque ele descentraliza suas atividades principais e participa ativamente da vida comunitária, automaticamente se integrando à população. Essa abordagem transforma o policial em um agente proativo, capaz de antecipar-se na resolução de problemas e estabelecer um nível de confiança com os moradores, que compartilham suas necessidades e dificuldades, reduzindo assim o medo e pavor do crime. Por outro lado, o policiamento ostensivo tradicional abrange uma atuação dispersa em várias áreas, o que resulta em uma baixa participação nas comunidades. Isso transforma o policial em uma figura anônima e autoritária, que intimida os indivíduos, levando a uma diminuição significativa na confiança da população. Conseqüentemente, os cidadãos tendem a evitar o contato com a polícia, mesmo em situações de vitimização. Quando não há segurança para se aproximar da polícia, também não há segurança para superar os desafios enfrentados. Nesse contexto, até mesmo o próprio policial pode se sentir desmotivado (Fragas, 2022).

A Coordenadoria Estadual de Polícia Comunitária do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul elaborou um quadro comparativo e o publicou em sua página oficial, com o objetivo de esclarecer o entendimento sobre esse tema.

2.5 CIDADÃO E SUA PARTICIPAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Na visão de Caye (2021), segurança pública é uma responsabilidade compartilhada por todos, conforme estabelecido na constituição, e vai além das ações policiais rotineiras para manter a ordem pública. A ordem pública, conforme prevista na constituição, engloba não

apenas os direitos individuais e coletivos, mas também as responsabilidades de todos os cidadãos na promoção e garantia dos direitos fundamentais, baseados na dignidade humana, liberdade e igualdade.

A Constituição Federal de 1988 consolida esses direitos e garantias fundamentais em três gerações de direitos: liberdade, igualdade e fraternidade. Para proteger esses direitos, a constituição estabelece mecanismos de controle sobre a atuação dos órgãos públicos, garantindo que todas as ações sejam motivadas pela aplicação da lei visando o bem comum. Além disso, capacita os cidadãos a exigir a atuação do Estado onde houver omissão.

Embora se tenha a ideia de que a responsabilidade primária de lidar com o crime seja da polícia, é fundamental a participação ativa da sociedade na prevenção da violência e criminalidade. Isso inclui não apenas se aproximar da polícia e fazer denúncias, mas também pressionar os poderes públicos para abordar as causas subjacentes ao crime, como saúde, educação, saneamento básico, esporte e lazer (Caye, 2021)

Além das disposições constitucionais, o Código de Processo Penal permite que qualquer pessoa denuncie uma infração penal à autoridade policial, que deve investigá-la se verificar sua veracidade. É um dever do órgão público competente proceder à persecução penal diante de uma infração, enquanto para o particular é facultado comunicar um abuso à autoridade competente. No Brasil, desde o ano 2000, diversos estados adotaram programas de segurança pública com foco na redução de homicídios e outros crimes violentos, como parte das políticas públicas de segurança. Esses programas visam à eficácia na prevenção e combate à criminalidade, demonstrando a importância da colaboração entre órgãos públicos e sociedade civil para promover um ambiente seguro e justo para todos (Caye, 2021).

2.6 DISTÂNCIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NO POLICIMANETO COMUNITÁRIO

Segundo Fragas (2022) uma teoria que ganha força é a de que a implementação do policiamento comunitário parte do princípio de que sem a participação coletiva, a polícia não pode garantir comunidades seguras, e sem essa segurança, não há sustentabilidade. Ao se aproximar do público, a polícia também alivia a pressão das emergências policiais. Isso ocorre porque problemas são antecipados, a polícia se preocupa mais com a opinião pública e sente-se obrigada a retribuir a confiança com segurança. Quanto mais a filosofia do policiamento comunitário é aplicada, mais eficiente se torna o trabalho policial. Pesquisas bibliográficas nos permitem refletir sobre os desafios da transição da polícia tradicional para a polícia comunitária

e revelam que práticas antigas de policiamento ostensivo e políticas de aumento da presença policial nas ruas, com mais viaturas e repressão, mostraram-se pouco eficazes na prevenção do crime. Apesar disso, essas ações geraram uma falsa sensação de segurança em parte da população em relação à polícia.

Embora o policiamento comunitário tenha demonstrado uma redução significativa na criminalidade, a percepção social da relação entre polícia e comunidade permanece negativa, e muitos policiais continuam presos a paradigmas tradicionais. A premissa central do policiamento comunitário é que o público deve desempenhar um papel mais ativo na obtenção da segurança, trabalhando em conjunto com a polícia e outros órgãos públicos. A polícia Comunitária concentra-se na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e na interação com a comunidade, usando a mediação e a negociação como ferramentas principais. Isso requer uma força policial altamente treinada, capaz de utilizar a força quando necessário, mas priorizando sua utilização de maneira ponderada. O modelo de policiamento comunitário também pode ser aplicado internacionalmente, como visto em Medellín. O sistema de segurança cidadã da cidade, implantado em 2004, transformou Medellín de uma das cidades mais violentas do mundo em um exemplo de cultura de paz. Isso foi alcançado não apenas por meio de medidas repressivas, mas também com investimentos em inclusão social e respeito à vida (Fragas, 2022)

No Brasil, o Complexo do Alemão no Rio de Janeiro foi palco de uma intervenção policial em 2010, seguida pela implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Inspiradas em Medellín e Bogotá, as UPPs visam criar uma sensação de segurança para os moradores e turistas, promovendo interação social entre policiais e comunidade e integrando as favelas à cidade. Embora algumas críticas apontem as UPPs como uma extensão do paradigma do Direito Penal do Inimigo, argumenta-se que também desempenham um papel importante na prevenção situacional de crimes e na integração social das comunidades marginalizadas com a cidade como um todo (Fragas, 2022)

3 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa qualitativa pelo questionário do *google forms* e pesquisa bibliográfica para buscar melhores fundamentos sobre o tema de policiamento comunitário na Polícia militar do estado de Goiás, o questionário sendo respondido por alunos do curso de formação de praças da turma I e II de 2023 e pesquisas bibliográficas sendo realizadas pelo google acadêmico e sites governamentais sobre segurança pública de Goiás, Santa Catarina e da Police Department de Flint, Michigan (EUA).

A análise quantitativa dos dados obtidos foi conduzida por meio de questionário eletrônico do *google forms* com perguntas objetivas, permitindo a identificação de padrões, desafios específicos e estratégias eficazes de implementação do policiamento comunitário. A partir dessas conclusões, foram analisadas estratégias personalizadas, contribuindo para práticas policiais mais inclusivas e para o fortalecimento dos laços entre a polícia militar e a comunidade de Goiás.

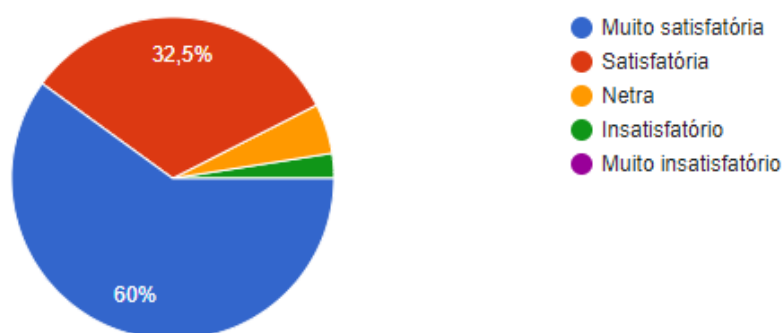
A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com alunos soldados da primeira e segunda turma do curso de formação de praças da Academia de Polícia Militar (CAPM). Essa abordagem permitiu a obtenção de relatos detalhados, experiências pessoais e percepções dos policiais, enriquecendo a análise e proporcionando dados fundamentais para o desenvolvimento de estratégias adaptadas à realidade local. O questionário foi realizado aplicando os princípios éticos, incluindo o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e informando a proteção da privacidade e confidencialidade de quem respondeu o questionário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A percepção que os alunos soldados têm da população desempenha um papel crucial na forma como as forças de segurança interagem e prestam serviços à comunidade.

Os resultados da pesquisa, revelam uma percepção predominantemente à população, com 60% dos entrevistados classificando-a como "muito satisfatória" e 32,5% como "satisfatória". Esses números sugerem que uma parcela significativa dos alunos soldados do curso de formação de praças da turma I e II tem uma visão favorável da comunidade com a qual interagem em seu trabalho diário, conforme o gráfico 1.

Gráfico I – Percepção do policial em relação a polícia militar e a população do estado de Goiás.



Fonte: Próprio autor

Essa percepção positiva pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo experiências positivas de interação com os cidadãos durante o cumprimento do dever, o apoio e reconhecimento recebidos pela comunidade em resposta ao trabalho policial, e a sensação de dever cumprido ao contribuir para a segurança e o bem-estar da população. No entanto, é importante reconhecer que uma parcela minoritária de 5% dos alunos soldados se classificou como "neutros" e 2,5% como "insatisfatórios". Esses resultados indicam que ainda existem questões ou preocupações em relação à percepção que os alunos soldados têm da população em determinados contextos ou situações específicas.

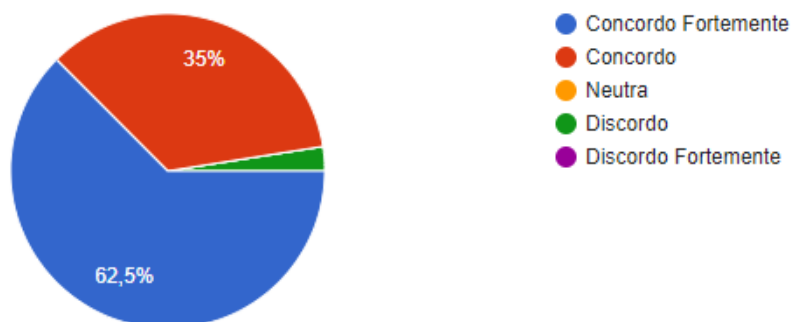
Uma análise mais aprofundada desses resultados pode ajudar a identificar as razões por trás da neutralidade ou insatisfação de certos alunos soldados em relação à população. Questões como falta de apoio institucional, exposição a situações de risco ou violência por parte da comunidade, ou experiências negativas de interação com certos grupos sociais podem estar influenciando essa percepção menos favorável.

Para abordar essas preocupações e fortalecer a percepção positiva que os alunos têm da população, são necessárias medidas que promovam o diálogo, a compreensão mútua e a construção de pontes de confiança entre a polícia e a comunidade. Isso inclui investimentos em treinamento em comunicação eficaz e resolução de conflitos para os policiais, promoção de programas de policiamento comunitário e engajamento cívico, e criação de espaços de interação e colaboração entre os policiais e os cidadãos. Além disso, é essencial promover uma cultura organizacional dentro das forças de segurança que valorize o respeito aos direitos humanos, a diversidade e a inclusão, e incentive a prestação de serviços policiais sensíveis às necessidades e preocupações da população.

Em resumo, os resultados da pesquisa oferecem esclarecimentos valiosos sobre a percepção que os alunos do curso de formação têm em relação a população do estado de Goiás. Esta discussão é fundamental para informar políticas e práticas que promovam uma relação de confiança, respeito e colaboração entre os policiais e os cidadãos, contribuindo para a construção de comunidades mais seguras e coesas.

O gráfico II, revela uma tendência majoritariamente positiva, com 62,5% dos alunos soldados concordando fortemente que a relação de proximidade com a população tem se aproximado ao longo dos anos, enquanto 35% concordam e apenas 2,5% discordam. Esses números sugerem que a maioria dos alunos soldados em Goiás percebe uma melhoria na relação entre eles e a comunidade que atendem.

Gráfico II – Proximidade do policial militar com a população ao decorrer dos anos



Fonte: Próprio autor

Essa visão otimista pode ser explicada por diversos fatores, tais como a implementação ao longo do tempo de iniciativas de policiamento comunitário, como patrulhamento a pé, atividades de envolvimento cívico, estabelecimento de parcerias com organizações locais e uma liderança policial que valoriza a interação positiva com a comunidade.

A concordância majoritária dos alunos soldados com a ideia de que a relação de proximidade tem estreitado ao longo dos anos sugere que essas iniciativas podem estar tendo um impacto positivo perceptível na forma como os alunos e a população interagem e se relacionam. Essa maior proximidade pode resultar em uma melhor compreensão das necessidades e preocupações da comunidade por parte dos policiais, uma resposta mais eficaz aos problemas locais de segurança e uma maior confiança e apoio por parte dos cidadãos.

Contudo, é essencial notar que uma minoria de 2,5% dos alunos não compartilha dessa visão positiva. Esses policiais podem ter uma perspectiva distinta, possivelmente influenciada por experiências desfavoráveis ou pela percepção de que as medidas de aproximação com a comunidade não são eficazes ou estão inadequadamente implementadas.

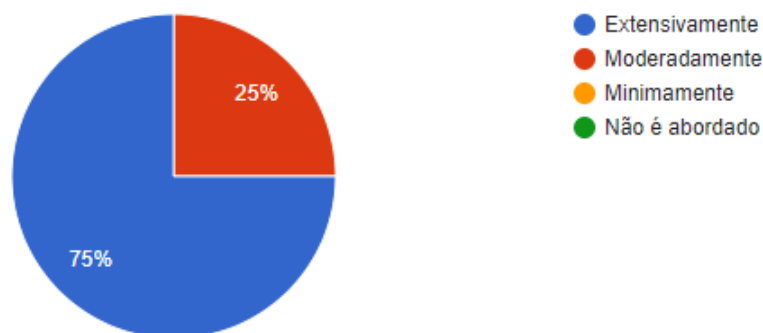
Para fortalecer ainda mais o vínculo entre os futuros policiais e a comunidade de Goiás, é imprescindível persistir nos investimentos em estratégias de policiamento comunitário. Paralelamente, é vital proporcionar treinamentos que aprimorem as habilidades de comunicação e resolução de conflitos dos policiais, além de fomentar uma cultura organizacional que enalteça a interação positiva com os cidadãos.

Além disso, é crucial engajar ativamente os moradores no processo de policiamento, encorajando-os a participar de programas de vigilância comunitária, comitês consultivos de segurança e outras formas de colaboração com a polícia.

A forma como os alunos soldados são preparados e instruídos desempenha um papel central na construção de uma conexão sólida e cooperativa com a comunidade que atendem. No contexto

da segurança pública em Goiás, compreender como esses elementos da formação policial enfocam o estreitamento com a comunidade é crucial para promover uma abordagem efetiva e empática às necessidades locais. O gráfico III, demonstra como foi a aplicação dessa linha de atuação no curso de formação já citado.

Gráfico III – Abordagem sobre policiamento comunitário durante a formação dos alunos soldados



Fonte: Próprio autor

As repostas deste quesito acima, apontam uma tendência marcante, com 75% dos alunos soldados indicando que a formação e o treinamento na academia de polícia abordam de forma abrangente a proximidade entre a polícia e a comunidade. Isso sugere um reconhecimento amplo da importância de capacitar os alunos soldados para interagir de maneira positiva e eficaz com os cidadãos que servem.

Esses achados podem refletir uma variedade de iniciativas e práticas adotadas na formação e treinamento dos alunos soldados na academia de polícia militar de Goiás. Isso pode incluir módulos dedicados ao policiamento comunitário, capacitação em habilidades de comunicação e resolução de conflitos, simulações de interações comunitárias e uma ênfase na transparência, responsabilidade e respeito pelos direitos humanos.

A predominância dessa visão sugere que os programas de formação e treinamento estão alinhados com as necessidades e expectativas da comunidade em relação à polícia, destacando a importância da construção de relações positivas e de confiança mútua. Embora os resultados sejam promissores, é fundamental observar que não houve respostas indicando uma falta de abordagem mínima ou total da aproximação entre a polícia e a comunidade. Isso pode indicar um consenso sobre a importância dessa questão na formação dos alunos soldados em Goiás.

Esses resultados ressaltam a eficácia das abordagens atuais na formação e treinamento de alunos soldados em Goiás, mas também destacam a necessidade contínua de avaliação e aprimoramento desses programas. Isso inclui revisões regulares dos currículos de formação,

identificação e implementação das melhores práticas e monitoramento da eficácia das estratégias de aproximação entre a polícia e a comunidade ao longo do tempo.

Em resumo, os resultados da pesquisa oferecem perspectivas valiosas sobre a percepção da formação e treinamento dos alunos soldados em relação à aproximação com a comunidade em Goiás. Esta análise é essencial para orientar políticas e práticas que promovam uma relação de confiança e colaboração entre a polícia e os cidadãos, contribuindo para a segurança e o bem-estar de todos na comunidade.

CONCLUSÃO

A análise dos resultados desta pesquisa revelou uma perspectiva significativa sobre a percepção da formação e treinamento de policiais militares em relação ao policiamento Comunitário. Evidencia-se uma tendência marcante, com uma maioria expressiva dos alunos soldados reconhecendo a abordagem abrangente da proximidade entre a polícia e a comunidade durante o processo de formação dos policiais. Esses achados ressaltam não apenas a eficácia das atuais abordagens de treinamento, mas também a necessidade contínua de avaliação e aprimoramento dos programas existentes. Através dessa análise, torna-se claro que políticas e práticas que promovam uma relação de confiança e colaboração entre a polícia militar e os cidadãos de Goiás são essenciais para a segurança e o bem-estar. Assim, esta conclusão oferece uma base sólida para orientar futuras iniciativas que fortaleçam os laços entre a polícia e a comunidade, contribuindo para um ambiente mais seguro e harmonioso em Goiás.

Além disso, o consenso entre os alunos soldados sobre essa melhoria na relação sugere uma compreensão mais profunda das necessidades locais, resultando em respostas mais eficazes aos desafios de segurança e fortalecimento da confiança mútua. No entanto, a pequena parcela que discorda dessa visão destaca a importância de considerar preocupações individuais que possam influenciar essa perspectiva.

Para fortalecer ainda mais os laços entre policiais e comunidade, é fundamental continuar investindo em estratégias de policiamento comunitário e oferecer treinamento que desenvolva habilidades de comunicação e resolução de conflitos. Além disso, é crucial promover uma cultura organizacional que valorize a interação positiva com os cidadãos e envolver ativamente os moradores nos esforços de policiamento, incentivando sua participação em iniciativas como programas de vigilância comunitária e comitês consultivos de segurança. Essas ações são essenciais para cultivar uma parceria efetiva entre policiais militares e a comunidade, contribuindo para um ambiente mais seguro e acolhedor em Goiás.

As limitações do estudo foram verificadas e podem se dar as tradições e costumes militares, que se baseiam e possuem fortes raízes das décadas passadas. Vem sendo mudada aos poucos e lentamente, mas trata de um problema que ainda limita a atuação policial comunitária e alguns alunos do curso de formação ainda sentem essa rigidez no sistema.

REFERÊNCIAS

SKOLNICK, J. H., & BAYLEY, D. H. **Policciamento Comunitário: Questões e Práticas pelo Mundo**. Edusp; 2006.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás: uma proposta bibliográfica**. 1991. f. 160. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991.

TROJANOVWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policciamento comunitário: como começar**. Trad. Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Rio de Janeiro, 1994.

BRODEUR, Jean-Paul (Org.). **Como Reconhecer um Bom Policiamento**. Livro 4 da série “Polícia e Sociedade”. São Paulo: Edusp, 2000.

CAYE, Inácio. **Filosofia de polícia comunitária como instrumento de aproximação e integração das comunidades com as polícias militares do Brasil**. Porto Alegre, 2021.

FRAGAS, Jhenifer. **Policciamento Comunitário: a aproximação da Pm com a comunidade**. Goiânia, 2022.

BRATTON, Willian. & ANDREWS, Willian. **Driving Out The Crime Wave: The Police Methods that Worked in Nova York City Can Work in Latin America**, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

GOIÁS. Polícia Militar. **Manual de Defesa Pessoal Policial**. 1.ed. Goiânia: PMGO, 2023.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: Construindo Segurança nas Comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MESQUITA NETO, Paulo de. Ensaio sobre Segurança Cidadã. São Paulo: Quartier Latin; Fapesp, 2011.

MONET, Jean Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2006.

SOUZA, Cibeli de. História da Polícia Militar de Goiás. **O Anhanguera**. Goiânia, ano 1, v. 01, Jan/Abr, Grafopel, 1999.

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=GUEXA-otYHwC&oi=fnd&pg=PA15&dq=policimento+comunit%C3%A1rio&ots=rXgvDNg2zh&sig=aJwurRiDvKFGbArtxE9aFE5wi-Q#v=onepage&q&f=false>

<https://www.cityofflint.com/department/police-department/#:~:text=Police%20Chief%3A%20Terence%20Green>

<https://www.ssp.sc.gov.br/cepcc/index.php/pol-com/conceito/conceito-de-conselho-comunitario-de-seguranca-2>